

AS DIFERENÇAS REGIONAIS BRASILEIRAS SOB O PANORAMA DOS RESULTADOS DA PNAD COVID19

Resumo

O presente artigo pretende trazer uma análise exploratória dos dados da PNAD COVID19 que se relacionam ao Auxílio Emergencial e a Taxa de Desocupação observadas durante os meses de realização da pesquisa, coincidentes ao ano pandêmico de 2020. O recorte espacial são as Grandes Regiões do Brasil, de forma que se possa identificar diferenciações entre as mesmas, no que tange a Taxa de Desocupação e a média de rendimentos obtidos a partir do Auxílio Emergencial. A análise é feita por meio de gráficos e mapas temáticos, de forma que os resultados se tornem palpáveis de conclusões. Espera-se identificar diferenças relativas às particularidades das Grandes Regiões brasileiras no que tange às questões de renda e ocupação durante a pandemia de Covid-19.

Palavras-chave: Pandemia; Políticas públicas; Desemprego; Trabalho.

Introdução

O surgimento e difusão da Covid-19 trouxe para o cotidiano termos que antes eram mais restritos a comunidades acadêmicas e às vigilâncias epidemiológicas responsáveis pelas estratégias de combate a doenças transmissíveis. Hoje, análises sobre a quantidade de contaminados por doenças virais, taxa de óbitos e projeções de ocorrências futuras de disseminação passaram a fazer parte dos noticiários. Junto a este fenômeno observou-se a aplicação destes dados às análises espaciais, procurando estabelecer os caminhos da difusão, o que evidenciou a necessidade de barreiras físicas para o controle do espriamento da doença, seja por meio do fechamento de fronteiras internacionais ou pela aplicação de medidas de isolamento social, restringindo a circulação de pessoas através do espaço. Sendo assim, gráficos, tabelas e mapas tornam-se instrumentos de visualização de dados, capazes de traduzi-los de forma que se tornasse possível identificar padrões e pontos críticos de difusão da doença (CAETANO, 2021).

De acordo com o Fórum Nacional de Usuários (1996), a informação estatística precisa estar o mais próxima possível de certos princípios de qualidade. No âmbito da saúde, é notável a necessidade pela máxima qualidade de preenchimento e divulgação. A padronização e a atualidade também são condições trazidas pela obra que se mostram aplicáveis e de extrema importância para as estatísticas de saúde.

Portanto, a eventualidade estudada determina as condições de atualização da informação proposta. No caso trazido para discussão, por ser uma doença altamente transmissível, mostrou-se imprescindível atualizações diárias de dados de casos e mortes causados pelo novo

coronavírus, contribuindo para a elaboração de projeções, e principalmente para a rápida tomada de decisão, pautada nos níveis de calamidade observados nos dados.

Em 2020, frente aos impactos da Covid-19 no mercado de trabalho, tem-se a contribuição imprescindível do IBGE para a criação da PNAD COVID19, que inovou o campo de pesquisa ao trazer dados estimados a respeito de indicadores de saúde e trabalho de todo o território brasileiro.

O objetivo deste artigo é atrelar o recebimento desigual do Auxílio Emergencial nas Grandes Regiões brasileiras à alta na Taxa de Desocupação observadas. Primeiramente, será elaborada uma fundamentação teórica acerca do tema do mercado de trabalho frente à pandemia. Em seguida, serão expostos os materiais e os métodos aplicados ao banco de dados explorado. Por fim, serão inseridos os resultados encontrados e as conclusões alcançadas.

Fundamentação teórica

A pandemia de Covid-19 chega no Brasil em um cenário socioeconômico já desgastado. O mercado de trabalho se apresenta como um dos principais focos desta deterioração.

A Taxa de Desocupação brasileira é um indicador muito importante para compreender a situação do mercado de trabalho, e trazer panoramas que influenciam diretamente na economia do país, representando a porcentagem de pessoas na força de trabalho que estão desempregadas (IBGE, 2021).

Entre 2014 e 2020 a taxa de desocupação geral no Brasil demonstrou alta considerável. Em 2014 a taxa era de 6,8% e em 2020 subiu para 14,6%, com impactos maiores para as mulheres, com 16,8% de taxa de desemprego, enquanto os homens apresentaram 12,8% (PNAD/IBGE, 2020).

Esta situação demonstra a reprodução das desigualdades de gênero existentes no mundo produtivo, e que ganham destaque em contexto pandêmico, uma vez que inúmeras famílias são chefiadas apenas por mulheres, e muitas delas são trabalhadoras domésticas que representaram um dos serviços essenciais durante a pandemia.

O mercado de trabalho brasileiro tem sido muito afetado durante a crise pandêmica, e as ocupações, tanto formais quanto informais, sofreram duros impactos, mas é importante considerar que a redução nas taxas de ocupação e o crescimento do desemprego são fenômenos que antecedem esse momento histórico. O que acontece é que a pandemia acelerou esse processo, mas ela não pode ser considerada como a causa primária, única e exclusiva da

deterioração e desregulamentação do mercado de trabalho (GHIRALDELLI, 2021, p.9)

Portanto, é importante considerar o histórico da taxa de desemprego brasileira, que em momento anterior à pandemia, já apresentava altos índices, trazendo graves ameaças ao funcionamento do mercado de trabalho do país. Esta constatação traz luz à condição de informalidade existente em 2020, que se tornou cenário da implementação do Auxílio Emergencial. Em 2014 o grau de formalidade das ocupações era de 55,2% e a partir de 2016 passou a cair rapidamente, chegando a 52,1% em 2020, o que representa um montante de perda de 2,5 milhões de empregos formais (MATTEI & HEINEN, 2020, p.654).

As formas de trabalho sofreram mudanças drásticas durante a pandemia. Setores inteiros da economia foram afetados com a paralisação das atividades devido a implementação das regras de distanciamento social e quarentena, o que resultou num aumento gradativo do desemprego, da informalidade, assim como teve efeitos nas perdas sociais e na fragilização das organizações. Somam-se a estas questões a ausência de políticas públicas universalistas de proteção social.

As diferenciações sociais foram reforçadas pelos efeitos da pandemia uma vez que a doença, apesar de viral e de fácil transmissão, afetou grupos sociais de formas não igualitárias. Grupos vulneráveis socioeconomicamente demonstraram maior risco de exposição, dadas suas condições de moradia, renda e trabalho, que muitas vezes não ofereciam oportunidade de atuação em regime remoto.

Assim, ao abordar a tese propagada de que “estamos todos e todas no mesmo barco”, Bihl (2020) afirma que do ponto de vista clínico, sanitário e epidemiológico essa concepção é verdadeira, pois o coronavírus pode acometer qualquer pessoa. Porém, do ponto de vista sociológico, não é uma verdade, pois diz respeito às interações humano-sociais e maiores exposições aos riscos, considerando-se as desigualdades de classe e as diferenças culturais (GHIRALDELLI, 2021, p.4)

Sendo assim, vê-se formalizada uma “cruel pedagogia do vírus” (Santos, 2020), uma vez que se mostra ser impossível separar as dimensões sociais das econômicas. Sendo assim, o objetivo principal do poder público deveria convergir para a na proteção da vida, do emprego e da renda do cidadão.

(...) a superação das crises requer esforços e ações de movimentos sociais, partidos políticos, sindicatos, associações de representação coletiva da sociedade, entes governamentais e da juventude. A saída de uma crise nunca é individual e local (...). Porém, nas saídas coletivas é preciso ter planos, projetos, propostas claras, objetivas, concretas e efetivas (GHIRALDELLI, 2021, p.5)

No caso brasileiro, o que se observou concretamente foi a criação do Auxílio Emergencial como política pública assistencial de renda.

Em 2 de abril de 2020, após pressão social, o governo sancionou o Projeto de Lei 13.982 que estabeleceu medidas de proteção social durante o período de enfrentamento da pandemia de Covid-19, regulamentando o Auxílio Emergencial no valor-base de R\$ 600,00 destinado aos cidadãos maiores de 18 anos, podendo ser de R\$ 1200,00 para famílias monoparentais chefiadas por mulheres, aos beneficiários do Programa Bolsa Família, às famílias cadastradas no Cadastro Único para Programas Sociais, aos trabalhadores informais, aos microempreendedores individuais e aos contribuintes individuais da Previdência Social (Marins et al, 2021).

A necessidade de uma estratégia de contenção se fez necessária, uma vez que as consequências do isolamento social se mostraram graves às economias mundiais, o que colocaria em maior risco populações em vulnerabilidade e poderia acentuar a pobreza e a extrema pobreza. Dessa forma, os esforços caminharam para as estratégias de articulação entre as diferentes esferas governamentais, com o objetivo de mitigar as consequências desastrosas que a pandemia poderia trazer a determinados grupos sociais, como trabalhadores informais, autônomos, trabalhadoras domésticas, etc.

Portanto

(...) aqueles que enfrentam maiores obstáculos em termos de acesso a serviços de saúde, emprego formal, estabilidade financeira, condições mais dignas de alimentação e moradia estavam mais expostos às consequências da crise sanitária (Gentilini, 2020, apud MARINS et al, 2021).

Foi exigido que a renda familiar mensal fosse inferior a meio salário mínimo per capita ou três salários mínimos no total, e também que não fossem beneficiários de outros programas sociais (com exceção do Programa Bolsa Família) ou de seguro-desemprego. O benefício seria entregue por meio de cadastro digital para avaliação da elegibilidade com a liberação automática do Auxílio, porém, devido a dificuldades técnicas o processo acabou gerando filas e aglomerações em agências da Caixa Econômica e outros órgãos responsáveis pelo processo.

A pauta do Auxílio Emergencial trouxe tema para diversas discussões no meio acadêmico, principalmente no que tange a questão da renda mínima universal e sua necessidade frente a períodos de crise. A implementação do Auxílio trouxe à tona diversas problemáticas no campo das políticas públicas, mas também se mostrou uma ferramenta essencial na manutenção da crise econômica provocada pela Covid-19.

Carvalho (2020) enfatiza que o Auxílio Emergencial trouxe importantes lições frente à pandemia. Uma vez que se mostrou um instrumento capaz de neutralizar a perda de renda da parte mais pobre da população, ao mesmo tempo que impediu que o PIB brasileiro caísse a níveis preocupantes em 2020. Trata-se, portanto, de uma iniciativa com base no ideal do Estado de bem-estar social, uma vez que parte do Estado a provisão de serviços diversos que mantêm a qualidade de vida da população. A transferência de renda é um desses instrumentos, e teve no Bolsa Família um importante passo na esfera brasileira, uma vez que além de ser a mais importante política social do país, “é o maior programa de transferência de renda condicionada do mundo, já que atende 13,9 milhões de famílias” (CARVALHO, 2020, p.63).

O Auxílio Emergencial surge então neste mesmo sentido, ao passo que deu conta de minimizar os impactos econômicos das famílias mais pobres e trouxe consigo resultados importantes frente à crise global sanitária a qual estamos enfrentando. Por fim, cerca de 68 milhões de pessoas receberam pelo menos uma das parcelas do Auxílio Emergencial.

Estudar e apresentar o papel do Estado frente à pandemia do novo coronavírus se mostra como um importante eixo de dimensão para que efeitos desastrosos sejam evitados diante deste panorama singular. “Não se trata de estimular a demanda buscando os máximos efeitos multiplicadores, e sim de efetuar transferências de renda que garantam a subsistência dos mais vulneráveis” (CARVALHO, 2020, p.15).

Após cinco meses da implementação do Auxílio, o governo lançou a medida provisória 1000/2020, trazendo algumas mudanças em relação aos critérios de elegibilidade. Assim, reavaliou-se a renda mensal a partir do vínculo empregatício e de outros benefícios recebidos. Neste caso o valor foi reajustado para R\$ 300,00, e para famílias monoparentais chefiadas por mulheres foi para R\$ 600,00. Com este reajuste, apenas 55 milhões de pessoas receberam pelo menos uma parcela do Auxílio, o que destaca uma redução de 13 milhões de beneficiários.

Em 2021, com a Emenda Constitucional 109/2021 que estabelece o teto de gastos de R\$ 44 bilhões para o benefício, foram estabelecidas novas regras. A partir de então o Auxílio se limitava a apenas uma pessoa da família. Famílias com mais de um membro receberiam R\$ 250,00 e indivíduos que moram sozinhos receberiam R\$ 150,00. Famílias monoparentais chefiadas por mulheres passaram a receber R\$ 375,00. Aqui, passaram a ser 39 milhões de pessoas que receberam uma das parcelas, representando outra redução, agora de 16 milhões. Em outubro de 2021 chegou ao fim o Auxílio Emergencial (Ministério da Cidadania, 2021).

Materiais e métodos

A principal fonte de dados utilizada neste artigo é a PNAD COVID19. O IBGE inovou em escala mundial ao ser o primeiro a realizar este tipo de levantamento amostral em nível nacional, realizando a coleta por meio de entrevistas telefônicas durante o ano pandêmico de 2020. A PNAD COVID19 tem por objetivo “estimar o número de pessoas com sintomas referidos associados à síndrome gripal e monitorar os impactos da pandemia da Covid-19 no mercado de trabalho brasileiro” (IBGE, 2020). Assim como atender demandas de indicadores para o cálculo do PIB trimestral e da inflação. Além disso, a pesquisa é de extrema importância para o Ministério da Cidadania para conseguir monitorar a capacidade do Auxílio Emergencial em conter o avanço da extrema pobreza decorrente da situação pandêmica. Os resultados coletados constituem a primeira divulgação de Estatísticas Experimentais elaborada pelo IBGE, sendo importante destacar a necessidade de cautela na utilização destes dados, uma vez que passam por constantes avaliações.

Dentre os objetivos da pesquisa destacam-se a produção de estimativas semanais e mensais sobre a ocorrência de sintomas associados à Covid-19 e respostas em níveis nacionais e por macrorregiões, assim como estimativas das Taxas de Desocupação e outros indicadores de trabalho e renda nos mesmos níveis de desagregação.

No total foram coletadas as respostas de 193 622 domicílios selecionados a partir da amostra da PNAD-C referente ao Primeiro Trimestre de 2019. A amostragem foi feita por conglomerados em dois estágios com estratificação das unidades primárias de amostragem (UPAs). Os indicadores da pesquisa estão descritos no Quadro 1:

Quadro 1 – Indicadores de saúde e trabalho da PNAD COVID19.

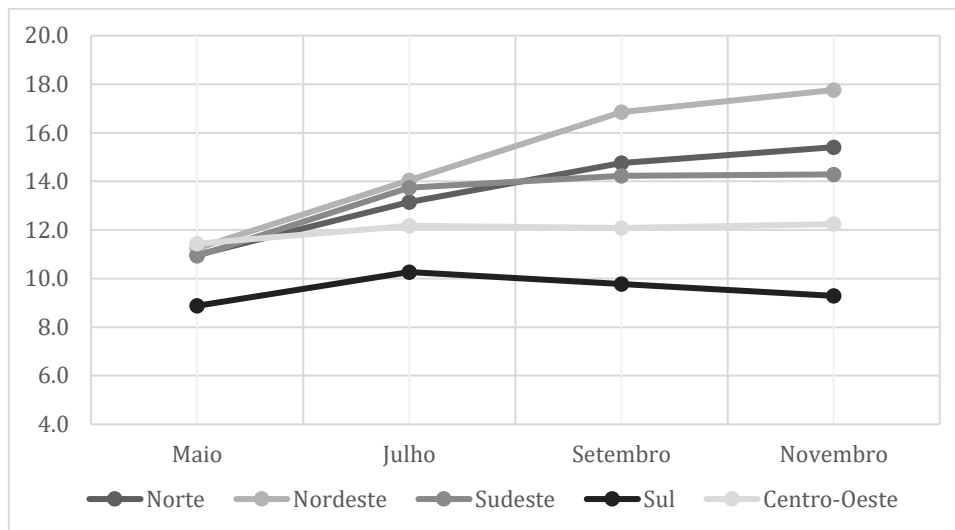
Indicadores de Saúde	Indicadores de trabalho
Sintoma	Pessoas em idade de trabalhar
Estabelecimento de saúde	Condição em relação à força de trabalho
Providência para alívio dos sintomas	Taxa de participação na força de trabalho
	Condição de ocupação
	Taxa de desocupação
	Trabalhadores informais
	Horas trabalhadas
	Rendimento médio real
	Rendimento de outras fontes

Fonte: PNAD COVID19 IBGE (2020).

Resultados

O gráfico 1 mostra um dos indicadores escolhidos para avaliação, a Taxa de Desocupação para as Grandes Regiões brasileiras.

Gráfico 1 –Taxa de Desocupação nas Grandes Regiões brasileiras ao longo dos meses de Maio a Novembro de 2020.

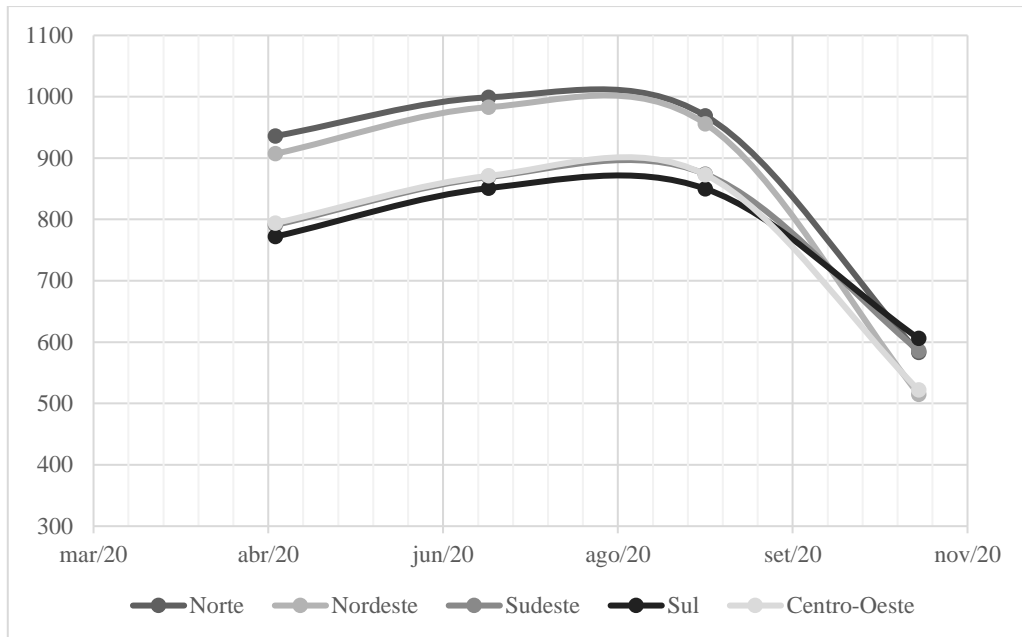


Fonte: PNAD COVID19/IBGE (2020)

No gráfico 1 é possível observar que houve um aumento significativo da Taxa de Desemprego nas regiões Nordeste, Norte e Sudeste, enquanto a região Centro-Oeste apresentou estabilidade e a região Sul teve um aumento entre Maio e Julho de 2020 seguido por uma leve queda da taxa nos meses seguintes.

Enquanto a Taxa de Desocupação apresentava a tendência descrita no Gráfico 1, a média de rendimentos recebidos através do Auxílio Emergencial apresentava a tendência a ser descrita no Gráfico 2:

Gráfico 2 – Gráfico da média de rendimentos recebidos pelo Auxílio Emergencial nas Grandes Regiões em reais ao longo dos meses de Abril a Novembro de 2020.



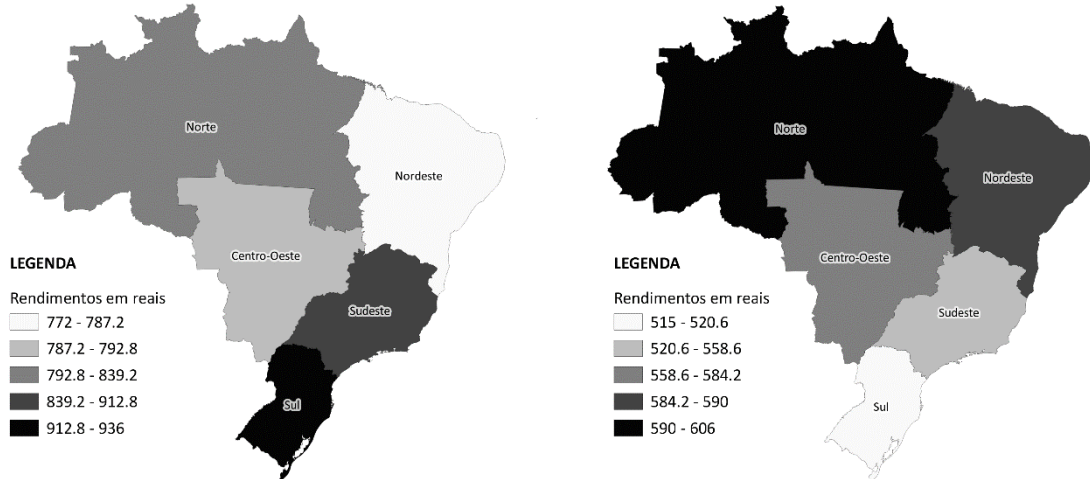
Fonte: PNAD COVID19/IBGE (2020)

A partir do Gráfico 2 podemos constatar que as mudanças ocorridas nas regras do Auxílio Emergencial possuem correlação com a queda no rendimento recebido através do mesmo. Estes mantiveram tendência semelhante em todas as Grandes Regiões brasileiras, apresentando diferenças apenas em relação ao rendimento recebido em cada mês. As regiões Norte e Nordeste começaram recebendo médias maiores, e terminaram em patamares próximos das outras regiões que começaram recebendo médias menores de rendimento.

Os mesmos dados podem ser visualizados a partir das comparações estabelecidas nas Figuras 1 e 2, a seguir. A Figura 1 apresenta os mapas do Brasil em Maio (esquerda) e em Novembro (direita) representando as médias de rendimentos recebidos através do Auxílio Emergencial.

Figura 1 – Mapas de média de rendimentos recebidos através do Auxílio Emergencial em Maio e Novembro de 2020 nas Grandes Regiões brasileiras em reais. Fonte: PNAD COVID19; IBGE (2020).

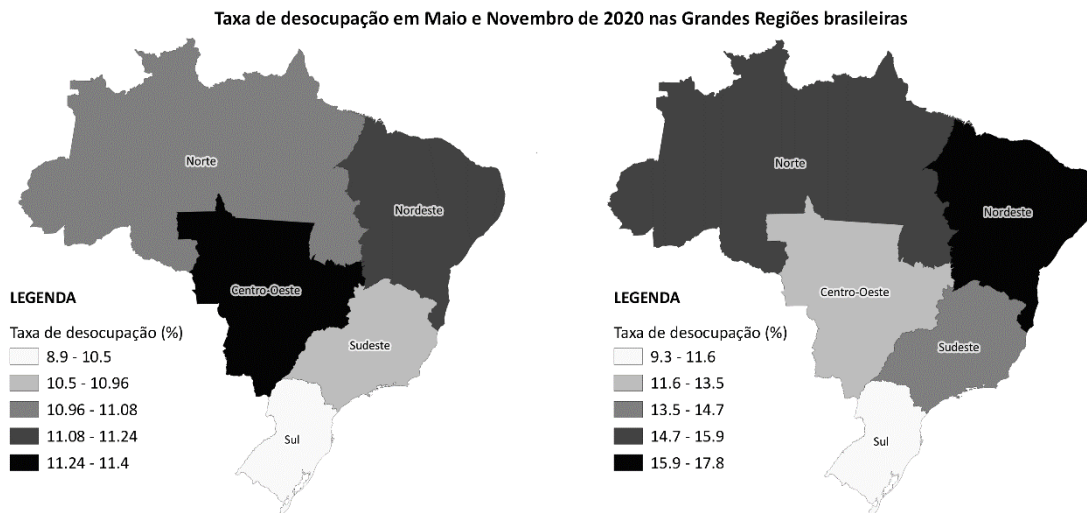
Média de rendimentos recebidos através do Auxílio Emergencial em Maio e Novembro de 2020 nas Grandes Regiões brasileiras (em reais)



Observando-se a figura 1 tornam-se nítidas as diferenças entre as Grandes Regiões no que concerne a média de rendimentos recebidos. Em um primeiro momento, em Maio, as regiões que se destacaram foram as regiões Sul e Sudeste, enquanto em Novembro, após as mudanças nas regras do Auxílio, as regiões Norte e Nordeste apresentaram maior rendimento proporcional.

A Figura 2 traz os mapas relativos à Taxa de Desocupação no começo do pagamento do Auxílio, em Maio (esquerda), e em Novembro de 2020 (direita). Aqui, também é possível notar as diferenças regionais.

Figura 2 - Mapas de Taxa de Desocupação em Maio e Novembro de 2020 nas Grandes Regiões brasileiras em Maio e Novembro de 2020. Fonte: PNAD COVID19; IBGE (2020); elaborado pela autora (2021).



De início as regiões que apresentaram maiores taxas de desocupação foram as regiões Centro-Oeste e Nordeste. Em Novembro, a região Nordeste apresentou acentuação da taxa, enquanto a região Norte passou a ter taxas maiores que as regiões Sudeste e Centro-Oeste.

Discussão

A partir da observação dos gráficos e mapas elaborados no escopo deste artigo, foi possível identificar o aprofundamento da diferenciação de certas características sociodemográficas entre as Grandes Regiões brasileiras. Os resultados demonstram um certo desequilíbrio entre as regiões no que tange às variáveis estudadas. É importante considerar as mudanças nas condições do Auxílio Emergencial como parte deste desequilíbrio, uma vez que, enquanto os rendimentos gerados pelo Auxílio diminuíram, as Taxas de Desocupação aumentaram na maioria dos casos.

Outra contradição encontrada ao observarmos os resultados aparece ao compreendermos que as regiões que apresentam maiores Taxas de Desocupação apontam também menores médias de rendimentos do Auxílio Emergencial. É o caso das regiões Norte e Nordeste que iniciaram Maio com esta diferenciação. As regiões que mantiveram maior equilíbrio, como a Sul e Centro-Oeste, foram aquelas que também não apresentaram grandes variações na Taxa de Desocupação e rendimento médio.

Estes resultados demonstram como a pandemia afeta diferentemente as Grandes Regiões brasileiras, levando-se em conta as particularidades socioeconômicas de cada uma. As

regiões Norte e Nordeste apresentaram as maiores variações das variáveis, o que sugere relação com os índices de desenvolvimento menores nestas regiões, juntamente com suas condições de pobreza e precariedade.

Considerações finais

Deve-se considerar, como apontado anteriormente, que a crise sanitária causada pela Covid-19 tem trazido profundos impactos nas condições do mercado de trabalho brasileiro. Mas não podemos assumir a pandemia do novo coronavírus como a única causa desta deterioração. O país já vinha sofrendo com o aumento da Taxa de Desemprego desde 2014, e também já demonstrava a necessidade de políticas de seguridade social antes mesmo deste período. Observando-se estes dados relativos às particularidades de cada região brasileira, as diferenças marcantes entre elas se destacam, e demonstram o aprofundamento de questões sociais e econômicas que a Covid-19 trouxe para o país.

A crise causada pela Covid-19 apenas acelerou este processo, e chamou atenção ainda maior para as consequências do mesmo. O Auxílio Emergencial veio, ainda que atrasado e com problemas em sua implantação, como uma forma de conter os efeitos catastróficos da pandemia e como forma de proteção social frente às perdas sofridas dentro do mercado de trabalho. Durante sua implementação, considerando-se as reduções dos benefícios, constatou-se significativas variações das médias dos rendimentos entre as Grandes Regiões. Aquelas que apresentam níveis de desenvolvimento maiores mantiveram patamares maiores que aquelas que dispõem de menores recursos.

O isolamento social trouxe consequências profundas na vida do trabalhador, principalmente dos que não dispõem de opções flexíveis em relação às formas de trabalho. A realidade do trabalho à distância, o *home office*, não é universal dentro do mercado de trabalho, e certos setores da economia sofreram diretamente sob o impacto destas diferenciações. O mesmo processo se aplica às diferenças regionais, uma vez que cada uma é marcada por setores da economia que diferem entre si no que tange às formas de trabalho e produção.

A PNAD COVID19 inovou as pesquisas mundiais ao trazer um panorama específico a respeito dos efeitos da pandemia sobre o mercado de trabalho, e trouxe importantes resultados no que tange a avaliação dos efeitos dos programas propostos durante o período de crise. A pesquisa certamente servirá de exemplo na criação e implementação de políticas públicas capazes de conter os efeitos do pós-pandemia, que ainda não são completamente passíveis de

compreensão, dado o efeito rápido e catastrófico que o vírus teve para a população mundial. E para isso, as proporções continentais de um país como o Brasil devem ser levadas em consideração, uma vez que caracterizam diferenças regionais importantes para a focalização dos programas sociais propostos.

Referências bibliográficas

BACKHAUS, A. Common Pitfalls in the Interpretation of COVID-19 Data and Statistics. **Intereconomics**, v. 55, p. 162-166, 2020. SOUZA et al (1997)

CAETANO, J. A informação estatística e a geografia: uma análise da Covid-19 no Sul de Minas. **Anais**. 13ª Jornada Científica e Tecnológica IFSULDEMINAS 2021.

CARVALHO, L. **Curto-circuito**: o vírus e a volta do Estado. Todavia, 2020.

FÓRUM NACIONAL DE USUÁRIOS. **Informação para uma sociedade democrática**: Por uma política nacional de produção e disseminação de informações sociais econômicas e territoriais. Rio de Janeiro: IBGE, 1996.

GHIRALDELLI, R. Trabalho, reformas ultraliberais, desigualdades e pandemia no Brasil: os sentidos da crise. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 19, 2021, e00326158. DOI: 10.1590/1981-7746-sol00326

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD COVID-19**. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/27946-divulgacao-semanal-pnadcovid1.html?=&t=o-que-e>> Acesso em: 26 de outubro de 2021.

MARINS, M. T. et al. Auxílio Emergencial em tempos de pandemia. **Revista Sociedade e Estado** – Volume 36, n.2 Maio/Ago 2021.

MATTEI, L; HEINEN, V. L. Impactos da crise da Covid-19 no mercado de trabalho brasileiro. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 40, n.4, 2020. DOI: 10.1590/0101-31572020-3200

PENNA, G. O. et al. PNAD COVID-19: um novo e poderoso instrumento para Vigilância em Saúde no Brasil. **Ciência e Saúde Coletiva**, 2020.

ROGERSON, P. A. **Métodos Estatísticos para Geografia**: um guia para o estudante. São Paulo: Bookman, 2012.